

PESCA ESTUARINA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PESCA NO PARÁ

*Edma Silva Moreira¹
Rossilan Martins da Rocha¹*

RESUMO - As mudanças sócio-ambientais verificadas na Amazônia brasileira nos últimos 20 anos, têm favorecido modificações nas formas de adaptação humana. A escassez crescente do pescado e a expansão do turismo em áreas pesqueiras do estuário amazônico têm proporcionado mudanças no modo de vida dos pescadores.

Diante dessas mudanças, os pescadores artesanais estuarinos têm desenvolvido estratégias de sobrevivência diversas garantindo assim sua reprodução social. No caso do município de Abaetetuba, esses pescadores, paralelamente às atividades tradicionais de pesca, passaram a desenvolver a piscicultura e se deslocar mais intensamente para outras áreas de pesca da região, em busca de uma maior produção que lhes garanta melhores condições de vida. Em relação à Ilha de Caratateua ou Outeiro, como é mais conhecida, os poucos pescadores que ali permaneceram com a expansão do turismo encontraram nas atividades do mercado de economia informal a saída para sua sobrevivência.

Partindo de dados etnográficos, esse artigo analisa o processo de mudança sócio-ambiental nestas duas áreas do estuário amazônico a partir da descrição dos métodos de pesca e das relações sociais de produção na pesca estuarina. Desse modo, objetiva-se contribuir para o conhecimento da situação social da pesca artesanal no estuário, preenchendo uma lacuna no estudo da organização social da pesca no Pará.

PALAVRAS-CHAVE: Estuário amazônico, Pesca artesanal, Organização social, Transformação social.

¹ Bel. em Ciências Sociais/Integrantes do Projeto Recursos Naturais e Antropologia das Populações Marítimas, Ribeirinhas e Lacustres da Amazônia: o Estudo do homem e sua relação com o meio ambiente.

ABSTRACT - Social and environmental changes in the Brazilian Amazon, in the last twenty years, have caused modifications on human adaptation forms. Tourism and the fishery crisis in traditional fishing areas in the Amazon estuary have led to changes in the fishermen's way of life.

In face of these changes, the estuarian fishermen have developed different strategies and, by them, maintained their social reproduction. In Abaetetuba municipality, beside traditional fishery, fishermen are developing pisciculture or going to fish in other areas, farway their home, to search greater yield which provide them better life conditions. In Caratateua Island, or Outeiro how it is usually known, few fishermen that stayed on, with the tourism expansion, are working in informal economy as the only way to provide their subsistence.

Using ethnographic data, this article analyses social and environmental changes in these two areas in the Amazon estuary, by describing the fishing methods, the social relations of production and the social changes in the area. In this sense, it also aims at contributing to scientific knowledge of the social situation in the fishery in this area and, in this way contributing to fill an gap on fishery social organization studies in the Pará state.

KEY-WORDS: Amazon estuary, Fishery, Social organization, Social change.

INTRODUÇÃO

Diversos são os trabalhos que contribuíram para o conhecimento científico das populações pesqueiras que manejam os ecossistemas costeiro e flúvio-lacustre no Pará (Penner, 1980; Brabo, 1981; Furtado & Nascimento, 1982; Furtado, 1987, 1993; Maués & Maués, 1990; Maneschy, 1990 1993; Mello, 1985; Loureiro, 1985; Ximenes, 1996). Todavia, até hoje, nenhum estudo enfatizou a organização social do pescador no âmbito do estuário amazônico.

Para suprir essa lacuna e ampliar o campo de ação de seu Projeto "Recursos Naturais e Antropologia das Populações Marítimas, Ribeirinhas e Lacustres da Amazônia: estudo do homem com seu meio ambiente", o Museu Paraense Emilio Goeldi, pioneiro nos estudos de populações pesqueiras na Amazônia, iniciou pesquisas na região do estuário selecionando duas áreas para estudo: o município de Abaetetuba e a ilha de Caratateua, mais conhecida como Outeiro.

A seleção dessas áreas teve duas premissas. Em primeiro lugar, por sua localização geográfica, o estuário se constitui ecologicamente em um rico ambiente para a fauna aquática, favorecendo o desenvolvimento de diversas

atividades pesqueiras através das quais se percebe a riqueza aquática da região. Tradicionalmente, algumas pescarias são desenvolvidas nestas áreas. Como exemplo, pode-se destacar a pesca do mapará (*Hypophtalnidæ*), denominada pesca de bloqueio ou "borqueio", realizada na Costa Marapatá, no município de Abaetetuba, que mantém suas características tradicionais, passando de geração à geração. Outro exemplo, é a pesca de matapi, específica da captura do camarão, e que se estende por toda a região do estuário.

Em segundo lugar, os pescadores artesanais, levando em consideração a riqueza aquática do estuário, mas intrigados com a acelerada diminuição do pescado na região, se reuniram em encontros regionais para discutirem o futuro de sua atividade e, portanto, de sua sobrevivência, e começaram a denunciar a ação predatória da pesca industrial, sobretudo no estuário, estimulando desta forma a curiosidade científica em apoio a suas discussões.

Partindo dessas premissas é que se deu início ao estudo da situação social da pesca no estuário com o objetivo de analisar os fatores que estão interferindo no processo produtivo dos pescadores, causando mudanças em suas práticas sociais.

Este artigo é uma síntese dos resultados desse estudo. No primeiro tópico, após a introdução, descrevem-se aspectos geográficos, sociais e econômicos das duas áreas de estudo dentro do contexto mais amplo da Bacia Amazônica, enfatizando a influência da mesma no contexto da pesquisa; no segundo tópico, descrevem-se os métodos de pesca desenvolvidos pelos pescadores de Abaetetuba e da ilha de Caratateua, destacando a pesca de bloqueio e suas relações sociais de produção por sua originalidade na região tocantina; no terceiro tópico, destacam-se os fatores que estão causando mudanças no modo de vida dos pescadores artesanais apresentando problemas à reprodução social na pesca estuarina; no quarto e último, apresentam-se as considerações finais, acenando algumas sugestões em relação à realidade analisada.

O ESTUÁRIO AMAZÔNICO E O CONTEXTO DA PESQUISA

O estuário onde se processou a pesquisa pertence à Bacia Amazônica, uma área de 6.112.000 km² que representa um terço da área drenada da América do Sul; sua descarga chega a formar uma imensa área estuarina, ganhando destaque tanto pela sua dimensão, quanto pela mistura de águas continentais e marinhas (Barthem 1990).

O estuário é formado pelo encontro do rio Amazonas com o rio Tocantins. Devido à infinidade de ilhas existentes na área estuarina, encontra-se um delta interno onde a maré exerce forte influência, provocando oscilação diária no nível da água e inversão de sua corrente; em locais mais próximos ao mar, pode haver o deslocamento da zona de contato da água doce com a marinha, provocando aumento de salinidade.

A oscilação no nível da água, a descarga d'água, o carreamento de sedimentos originados dos Andes, ocasionam, em toda a bacia e no estuário, a formação de um sistema complexo, diversificado e pouco estudado (Barthem 1990).

As condições das águas estuarinas são dependentes dos ciclos de chuvas e/ou cheias nos baixos cursos dos rios, com épocas de mais baixa ou mais alta salinidade, pela alternância de maior influência das águas doces ou marinhas (Paiva 1981).

A influência da maré no estuário é uma de suas características predominantes. As terras baixas são sujeitas às constantes inundações, que fertilizam seus solos, tornando-os ambientes ricos para as espécies animais e vegetais, o que favorece o desenvolvimento de atividades pesqueiras. Essas características são visíveis nas áreas de estudo, onde as pescarias são desenvolvidas de acordo com a oscilação das marés.

O município de Abaetetuba localiza-se na mesorregião do Nordeste paraense, no Baixo Tocantins (Figura 1); possui uma extensão de 1.090 km², e limita-se com os municípios de Igarapé-miri, Moju, Barcarena e Limoeiro do Ajuru (IBGE 1990).

O rio Tocantins constitui o principal acidente geográfico do município; dentre os seus inúmeros rios destacam-se: Marataúira e Abaeté que, juntos, deságuam na Baía de Marajó. Uma infinidade de rios, furos e pequenos cursos d'água cortam o município em várias ilhas; as principais são: Sirituba, Campompema, Pacoca, Capim, São Francisco, Santo Antônio, Cururu e São Bento (Machado 1986). As ilhas são cobertas por florestas de várzea e sujeitas a inundações periódicas; as terras marginais são baixas e facilmente inundadas por ocasião das cheias. O clima é equatorial e super-úmido.

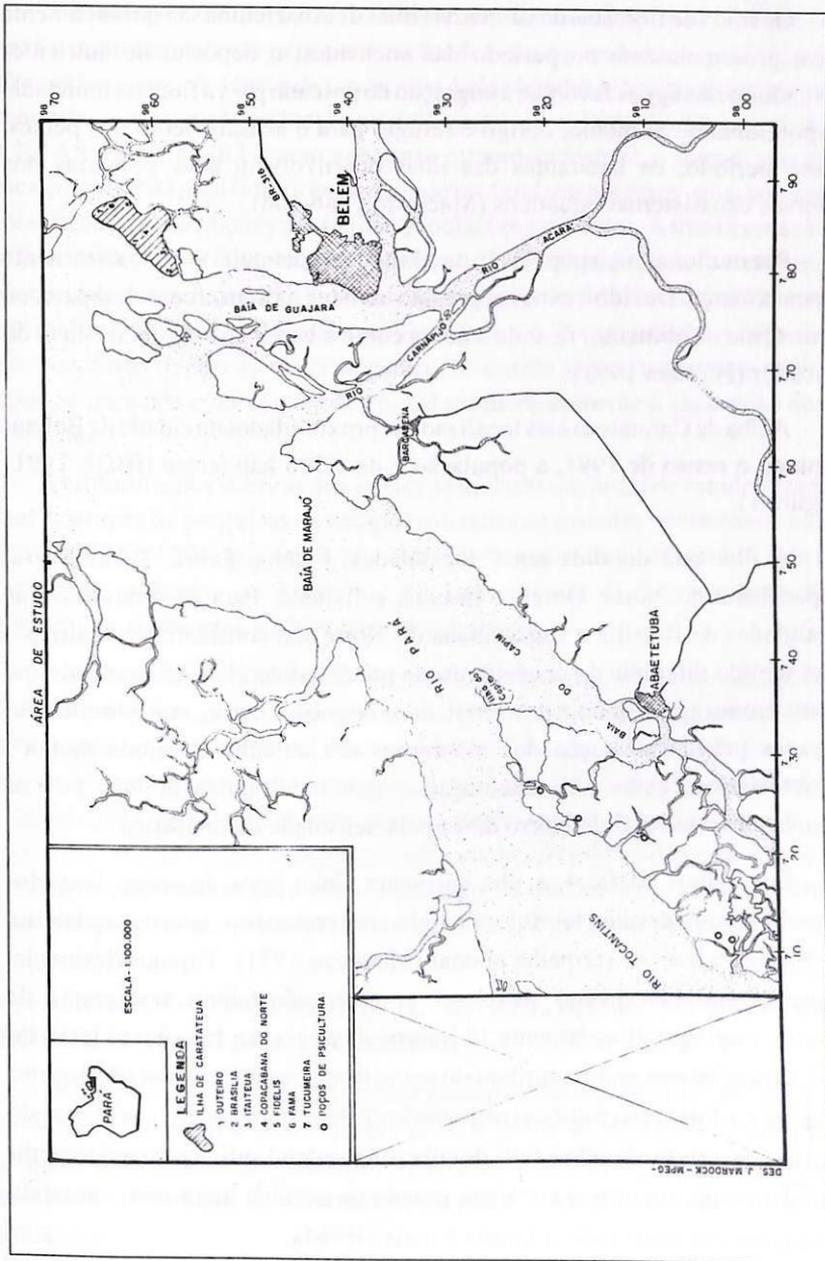


Figura 1 - Mapa das áreas de estudo, Município de Abaetetuba e Ilha de Caratateua. (Desenho de Jorge Mardock).

Os solos de florestas de várzea das ilhas de Abaetetuba são quimicamente ricos; principalmente no período das enchentes, o depósito de nutrientes carregados pelas águas favorece a migração do pescado para a floresta inundada, proporcionando alimento, abrigo e refúgio para o acasalamento dos peixes. Nesse período, os habitantes das ilhas desenvolvem suas pescarias nos diversos ecossistemas aquáticos (Machado 1986:166).

Por muitos anos, a população das ilhas de Abaetetuba viveu basicamente de pesca e caça. Devido à extrema pressão humana, porém, a caça desapareceu como fonte de alimento, ficando a pesca como a base mais segura da dieta do pescador (Hiraoka 1993).

A ilha de Caratateua está localizada às proximidades da cidade de Belém; segundo o censo de 1991, a população é de 5.796 habitantes (IBGE 1991) (Figura 1).

A ilha está dividida em 7 localidades: Fidélis, Fama, Tucumareira, Copacabana do Norte, Outeiro, Brasília e Itaiteua. Para os moradores, as localidades de Brasília e Copacabana do Norte são consideradas “bairros”, num sentido diferente do conceito usado por Cândido (1987:67), que define bairro “como agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalho de ajuda mútua”, características estas não encontradas nas localidades acima, pois o reconhecimento local do bairro dá-se pela densidade demográfica.

Em termos edáficos, a ilha apresenta cinco tipos de solos: latosolo-amarelo textura pesada, latosolo-amarelo concrecionário, laterístico, laterita hidromórfica e areia vermelha aluvial (Medeiros 1971). Topograficamente, apresenta variação quanto ao relevo, com elevada falésia, a exemplo de Outeiro, com aproximadamente 12 metros de altura em relação ao nível do mar. Alguns fatores estão contribuindo para o desmoronamento das ribanceiras, um deles é a forte chuva que cai no período de dezembro a março, provocando aumento da erosão, devido à falta de cobertura vegetal suficiente para impedir o desabamento; o outro, é o tráfego pesado na avenida beira-mar, causando trepidações em áreas onde a falésia é mais elevada.

Nos últimos 20 anos, os ecossistemas do estuário que tinham se transformado lentamente pela penetração de novas populações, passaram a sofrer os impactos violentos de novas atividades ligadas à “modernização” da economia. A construção da barragem de Tucuruí, a implantação das indústrias ALBRAS e ALUNORTE com seu porto minero-industrial, a introdução da pesca empresarial predatória vêm atingindo profundamente esses ecossistemas e modificando as condições de vida das populações estuarinas. A transformação da ilha de Caratateua em área de residências secundárias, de passeio e turismo modificou toda sua paisagem, interferindo no modo de vida de seus habitantes. A pesca artesanal, atividade altamente tradicional, e a população pesqueira nesse contexto foram as mais afetadas. O estudo desse fenômeno social impôs-se para nós como forma de contribuir modestamente à superação dos problemas.

As informações sobre as atividades pesqueiras nas áreas de estudo foram obtidas através de pesquisas de campo realizadas de maneira intermitente nos anos de 1992 a 1994, que contaram com o levantamento bibliográfico sobre a atividade pesqueira na Amazônia e a coleta local de dados através de formulários, entrevistas e observação participante.

Convivemos no cotidiano das comunidades pesqueiras e participamos de algumas pescarias, com o propósito de entender, através da observação participante, a dinâmica social dos pescadores. Esse procedimento favoreceu progressivamente um maior contato entre o pesquisador e o mundo pesquisado. A observação participante tem precisamente como objetivo romper o distanciamento do mundo a ser pesquisado, constituído de muitos significados simbólicos importantes para o entendimento da dinâmica social. É a partir dessa perspectiva que procuramos compreender a atividade pesqueira.

OS MÉTODOS PESQUEIROS E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NA PESCA ESTUARINA

Os métodos de pesca desenvolvidos pelos pescadores artesanais estuarinos são: a pesca de rede, a pesca de espinhel, a pesca de matapi e a pesca de tapagem, generalizadas no estuário, a pesca de bloqueio e/ou lance somente realizada no município de Abaetetuba, e a pesca de puçá, particular à ilha de Caratateua.

Por sua originalidade e seu predomínio no município de Abaetetuba, a pesca de bloqueio, ausente na literatura, merecerá um tratamento mais detalhado.

1. A Pesca de bloqueio, uma particularidade no estuário

Essa pescaria, tradicionalmente desenvolvida na região tocantina, destina-se à captura do mapará (*Hypophtalnidæ*). No município de Abaetetuba, ela se constitui na prática pesqueira mais importante; passando de geração a geração, ela mantém suas características tradicionais de relações de produção; algumas modificações são identificadas apenas ao nível dos instrumentos de trabalho.

No município, o *bloqueio* ocorre somente na Costa Marapatá, também conhecida como Baía de Marapatá (Figura 2), devido às suas condições ambientais. Ele pode ser realizado em dois ambientes, na baía e nos rios (neste caso ele passa a ser denominado de lance), mais sempre na baixamar ou preamar.

Os pescadores que participam dessa pescaria são denominados de *bloqueadores* e/ou *trabalhadores de turma de bloqueio*; cada turma é composta de 11 a 14 pescadores, podendo haver casos de turmas com mais de 20 pescadores, de acordo com a safra do mapará.

Na Costa Marapatá existem oito *turmas*² de *bloqueio*: uma no rio Sapucajuba, duas no rio Anequara, duas no rio Maracapucu, uma no rio Tucumanduba e duas no Maúba. Essas *turmas* se organizam às proximidades do período da pesca do mapará (fevereiro a maio), determinado por Portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. A formação de uma turma de bloqueio fica a critério dos *donos de turmas* (proprietários dos instrumentos de trabalho) ou dos *taleiros* (quando são responsáveis por uma turma). Uma turma é constituída pelo taleiro, pelo marreiteiro, pelos trabalhadores de casco (pilotos de casco, mergulhadores e puxadores) e pelos guachelos e/ou carolineiros.

² O termo *turma* é utilizado pelos próprios pescadores; significa uma equipe de trabalho que desenvolve a pescaria.

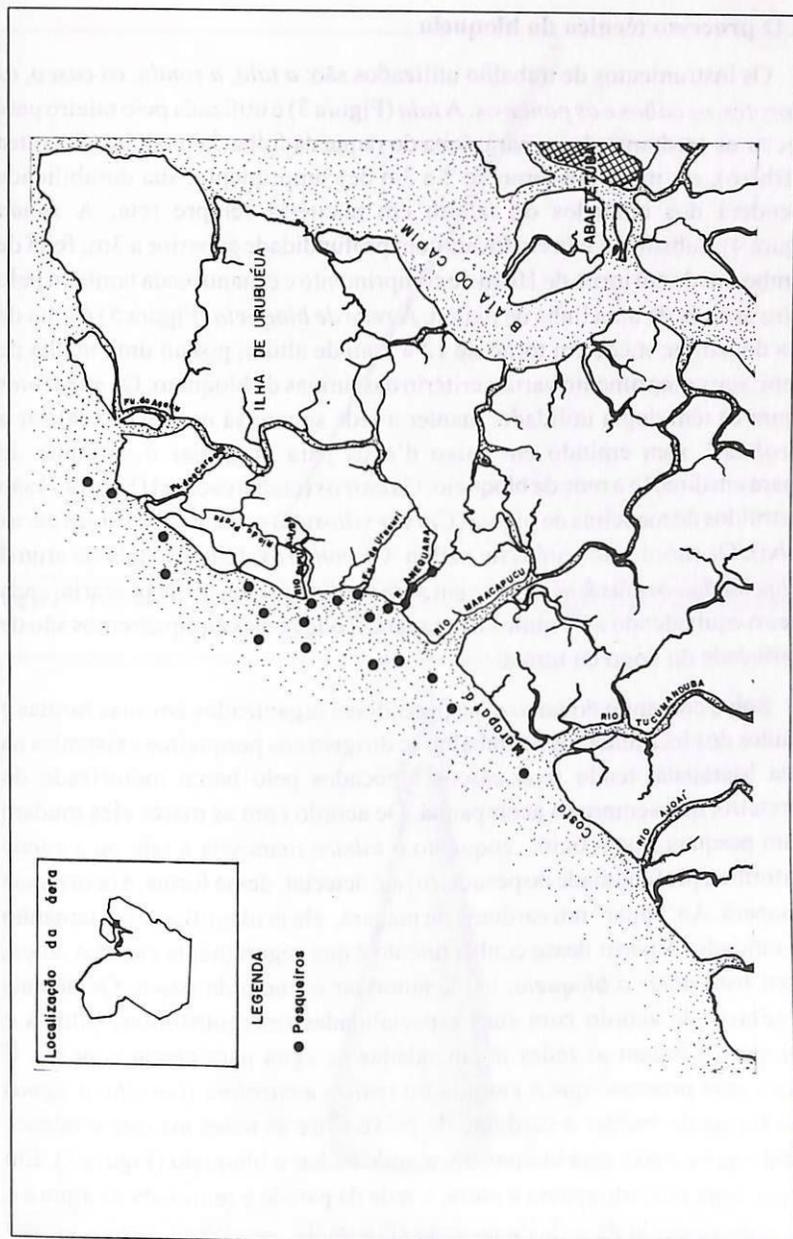


Figura 2 - Mapa da Costa Marapatã (município de Abaetetuba) com a localização dos Pesqueiros de marapá onde ocorrem os bloqueios e/ou lances (Desenho de Jorge Mardock).

1.1. O processo técnico do bloqueio

Os instrumentos de trabalho utilizados são: *a tala, a sonda, os casco, os ancorotes, os cabos e os paneiros*. A *tala* (Figura 3) é utilizada pelo taleiro para detectar os cardumes de mapará; feita do raque da folha da paxiúba (*Socratea exorrhizo*), ela mede em torno de 2 a 3m de comprimento; sua durabilidade dependerá dos cuidados do taleiro em mantê-la sempre reta. A *sonda* (Figura 4), substitui a tala em locais com profundidade superior a 3m; feita de chumbo, mede em torno de 10cm de comprimento e é manuseada também pelo taleiro através de uma linha de náilon. A *rede de bloqueio* (Figura 5) é feita de linha de náilon; mede em torno de 12 a 16m de altura, possui uma malha de 44mm; seu comprimento varia a critério das turmas de bloqueio. Os *ancorotes* (Figura 6) têm dupla utilidade: manter a rede submersa na água e realizar a “*carolina*”, som emitido em baixo d’água para afugentar o cardume do mapará em direção à rede de bloqueio. Os *cascos* (embarcações) (Figura 7) são construídos de madeiras de piquiá (*Carvar villosum*) ou de itaúba (*Mezilaurus itauba*). Os *cabos*, são cordas de náilon. Os *paneiros*, feitos de tala de arumã (*Ischnosiphon ovatus koern*), servem para medir a produção da pescaria, cada paneiro equivalendo a 50 quilos de mapará. Todos esses equipamentos são de propriedade do dono da turma.

Sob o comando do *taleiro*, os pescadores organizados em suas turmas e munidos dos instrumentos de trabalho se dirigem aos pesqueiros existentes na Costa Marapatá, tendo seus cascos rebocados pelo barco motorizado do marreteiro, que sempre os acompanha. De acordo com as marés eles mudam de um pesqueiro para outro, enquanto o *taleiro* manuseia a tala ou a sonda (conforme a profundidade do pesqueiro) até detectar, dessa forma, a ocorrência de mapará. Ao “topar” um cardume de mapará, ele já identificou seu tamanho e quantidade. A partir desse conhecimento é que seguramente ele dá o *coiço*, o sinal para *abrir o bloqueio*, isto é autorizar o início da pesca. Os demais pescadores, de acordo com suas especialidades (mergulhadores, pilotos e carolineiros) jogam as redes já emendadas na água para cercar o peixe. É durante esse processo que o carolineiro realiza a *carolina* (*barulho n’água*) como forma de manter o cardume do peixe entre as redes até que o taleiro, sabendo que o peixe está bloqueado, mande fechar o bloqueio (Figura 8). Em seguida, uma rede ultrapassa a outra; a rede da parede é removida da água e o peixe é despescado da rede da paração (Figura 9).

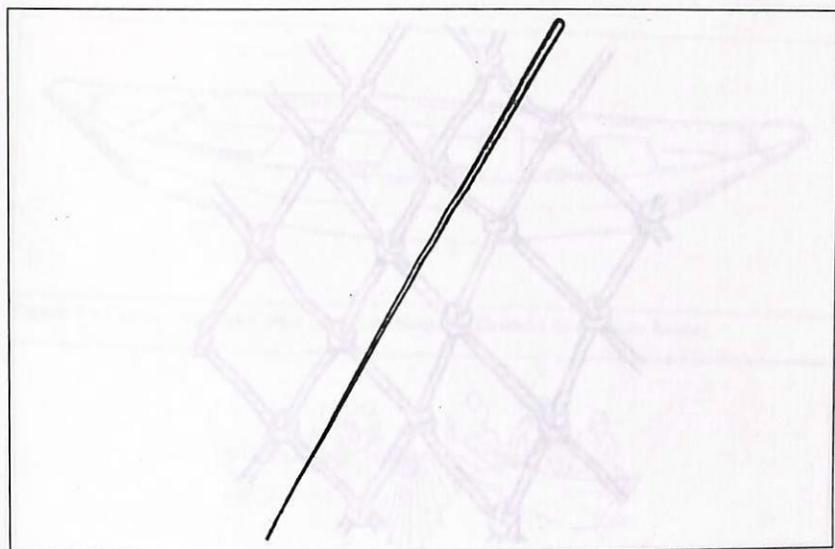


Figura 3 - Tala- utilizada pelo Taleiro para detectar os cardumes de mapará (Desenho de Elienson Rocha).

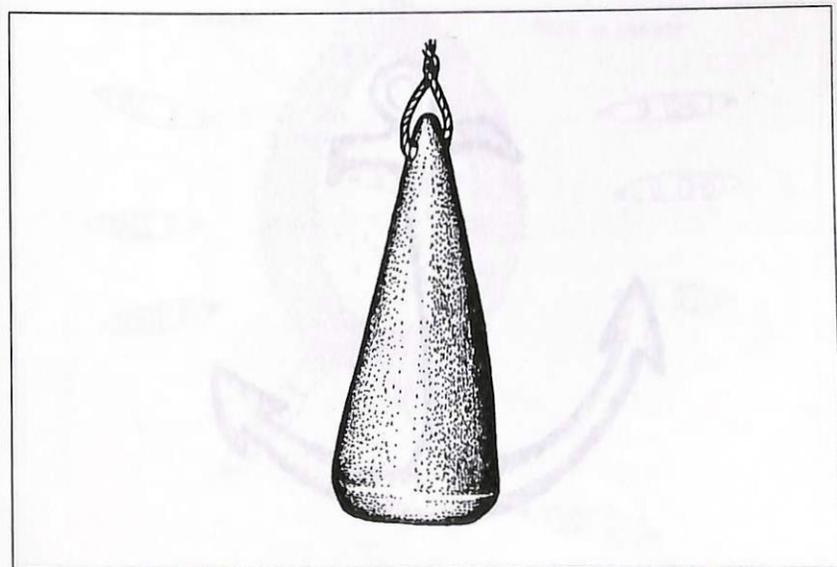


Figura 4 - Sonda - utilizada pelo Taleiro, na pesca de bloqueio, para detectar cardumes de mapará em locais cuja profundidade ultrapassa 3m (Desenho de Elienson Rocha).

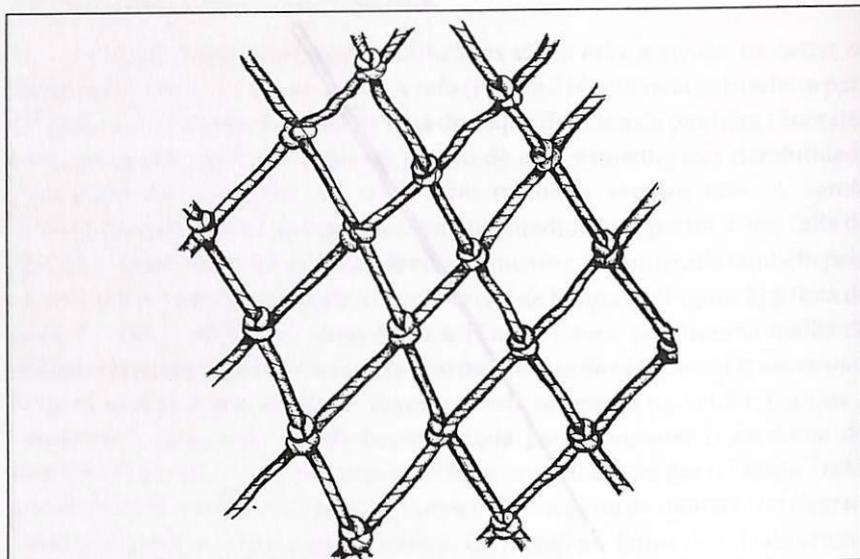


Figura 5 - Modelo de rede de bloqueio (Desenho de Elienson Rocha).

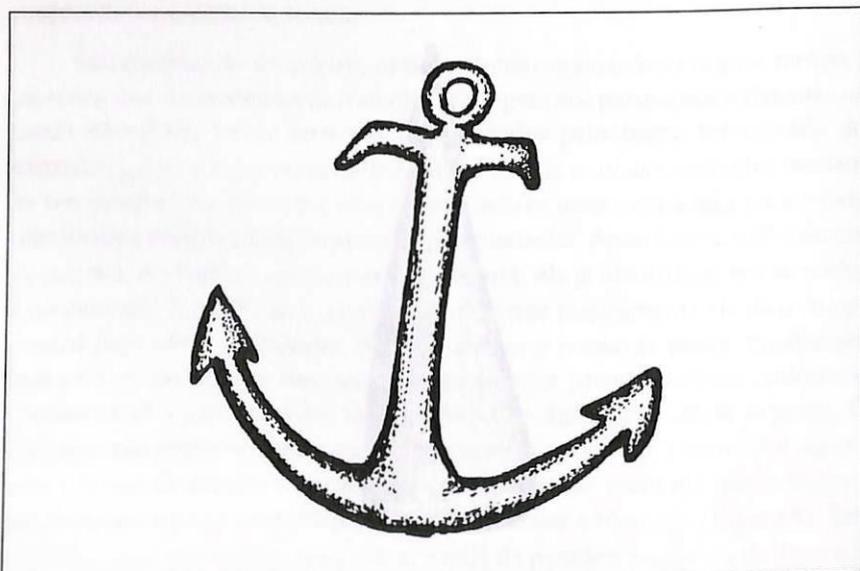


Figura 6 - Ancorretes - utilizados tanto para manter a rede fixa na água como para fazer barulho debaixo da água (Desenho de Elienson Rocha).

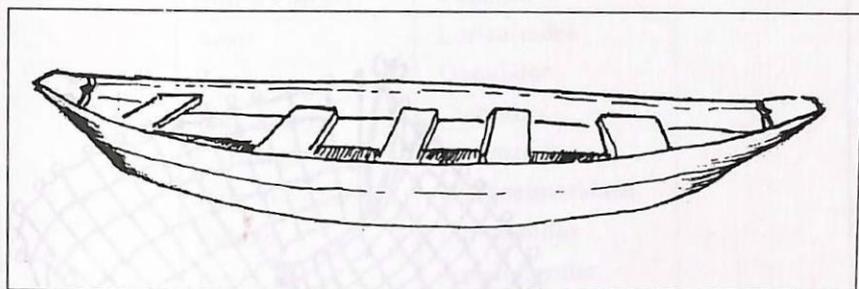


Figura 7 - Cascos - utilizados pelas turmas de bloqueio (Desenho de Elienson Rocha).

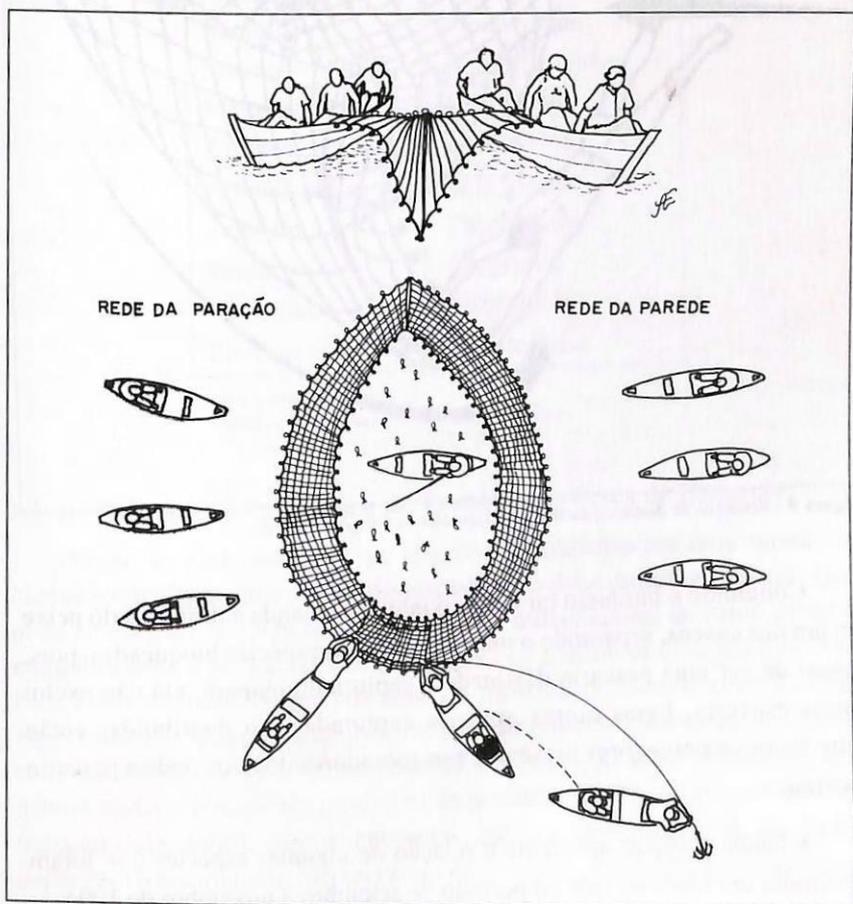


Figura 8 - Peseadores realizando a pescaria de bloqueio e/ou lance (Desenho de Elienson Rocha).

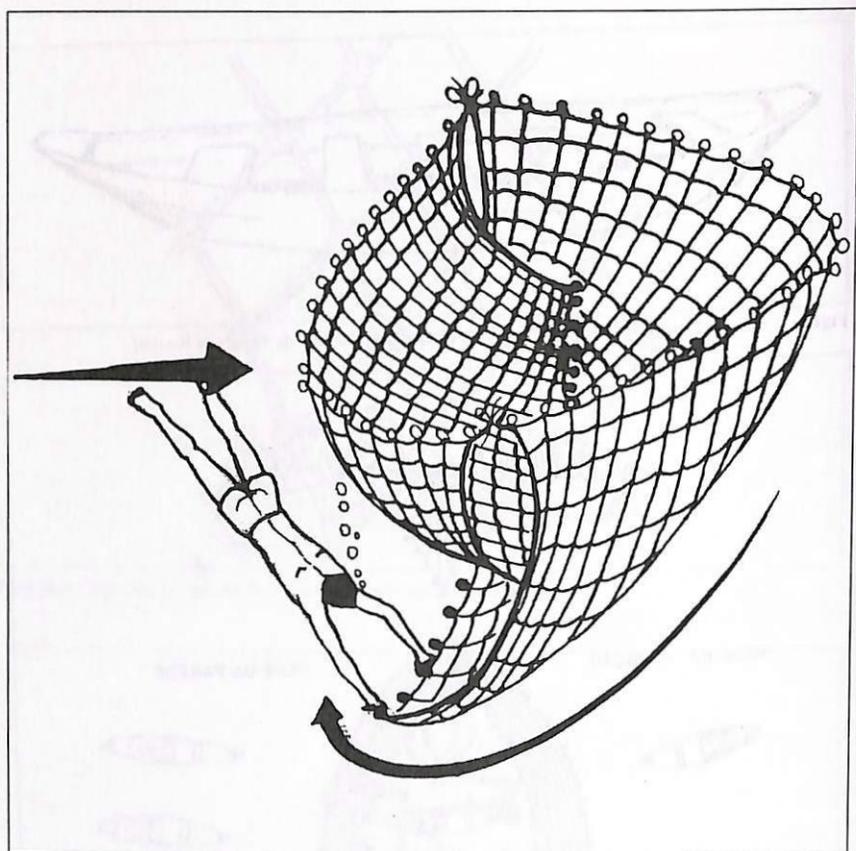


Figura 9 - Processo de despesca de mapará (Desenho de Elienson Rocha).

Concluído o bloqueio ou lance, o taleiro comanda a despesca do peixe em um dos cascos, separando o mapará de outras espécies bloqueadas, pois, apesar de ser uma pescaria destinada à captura do mapará, ela não exclui outras espécies. Essas outras espécies capturadas são distribuídas então entre todos os pescadores presentes e os moradores dos rios onde a pescaria ocorreu.

A tabela a seguir apresenta a relação de algumas espécies que foram capturadas em lance de rios no período de setembro a novembro de 1994.

Nome Popular	Família *
Acarí	Loricareidae
Bacú	Doradidae
Caratinga	Cichlidae
Curimatá	Curimatidae
Carataí	Auchenipteridade
Filhote	Pimelodidae
Ituí	Apteronotidae
Mandubé	Ageneiosidae
Mandii	Pimelodidae
Mapará	Hypophtalnidae
Matupiri	Characidae
Pescada	Sciaemidae
Pescada preta	Sciaenidae
Surubim	Pimelodidae
Sarda	Clupeidae
Piramutaba	Pimelodidae
Pirarara	Pimelodidae

Fonte: Trabalho de campo

*Classificação ictiológica por família realizada no MPEG

1.2. As Relações de Produção e de Trabalho na Pesca de Bloqueio

Como se pôde perceber, as relações de trabalho em uma *turma de bloqueio* envolvem um conjunto de pescadores: o dono de turma, o taleiro, que pode ou não, ser também dono de turma, os trabalhadores de casco (piloto, mergulhadores e puxadores), o marreteiro, os guachelos e/ou carolineiros. Eles estão distribuídos no processo de trabalho de acordo com as suas especialidades. Eles estão, também, organizados hierarquicamente de acordo com sua posição social no processo de produção. O *dono de turma*, que determina todo o processo produtivo da pescaria, detém os instrumentos de trabalho (tala, sonda, cascos, ancorotes, cabos e paneiros). Dele, portanto, dependem o taleiro (caso não seja dono de turma) e os *trabalhadores de casco*

desprovidos desses equipamentos, e que, em virtude de um compromisso verbal, estão ligados a ele por um vínculo permanente durante todo o período da safra. Quanto aos *guachelos e/ou carolineiros*, eles não possuem vínculo formal com os donos de turma; participam dos bloqueios com intenção de obter seu “quinhão da bóia”³. O *marreteiro*, por possuir barco motorizado, transporta a produção ao mercado da cidade de Abaetetuba, extraíndo da comercialização a parte do valor da produção que lhe cabe.

Ressalta-se que o *taleiro*⁴ é o pescador mais importante em uma turma de bloqueio, pois é ele quem conhece todos os pesqueiros existentes na baía e nos rios; detém o conhecimento da prática de manuseio da tala para detectar o mapará, sua quantidade e tamanho. Segundo os pescadores “*Se não tiver taleiro, não tem turma e nem trabalho(...)* O *taleiro* conhece o mapará, ele entende o peixe e se ele for na baía e não topar o mapará, ninguém borqueia(...). O *taleiro* bom só pega mapará graúdo, ele sabe o tamanho dele e quando ele coloca a tala, ele já sabe qual o peixe que tem junto(...)”.

É na hora da despesca que inicia-se o processo de distribuição do produto da pesca. Ela depende do sucesso da pesca e da quantidade do pescado capturado. Caso a produção seja considerada baixa, toda ela é imediatamente dividida entre os pescadores para seu consumo; o *marreteiro* recebe apenas a sua parte. Quando a produção é elevada (geralmente mais de três paneiros), o responsável pela turma a repassa ao *marreteiro* que logo se dirige para o mercado da cidade de Abaetetuba. À sua habilidade comercial cabe valorizar a produção. Somente depois de realizada a comercialização pelo *marreteiro* é que o dono de turma ou o *taleiro* recebe dele o produto da venda, descontada da percentagem combinada verbalmente, em confiança, entre ele e o dono da turma.

³ Expressão entendida como modalidade de repartição tradicional estabelecida entre pescadores amazônicos (Furtado & Nascimento 1982:25).

⁴ O *taleiro* conhece o mapará a partir de sua experiência em bloqueio; essa profissão inicia-se com a pilotagem de casco desde criança; observou-se que o número de *taleiros* não é fixo nas turmas.

Tradicionalmente, a distribuição da produção comercializada varia conforme o taleiro seja ou não, o dono da turma, caracterizado, conforme já foi dito, pela propriedade dos instrumentos de trabalho. Quando o taleiro não é o dono dos equipamentos, o produto é dividido em três partes iguais: uma para o dono de turma, enquanto proprietário dos equipamentos; uma para o taleiro, pelo seu domínio do saber pesqueiro; uma para os trabalhadores de casco pelo trabalho desempenhado. Quando, ao contrário, o taleiro é também dono de turma, e, portanto, é com ele que se dá o vínculo monetário dos pescadores, o produto é dividido em duas partes, supostamente iguais: uma fica com ele e a outra é dividida entre os trabalhadores de casco. Há, porém, um detalhe: é que ele retém, além de sua parte, um tanto pelo uso dos equipamentos que lhe pertencem. Desta forma, ele acumula as vantagens monetárias da posse dos meios de produção e da posse do saber profissional.

Nos últimos anos, conforme relatam os pescadores, as turmas de bloqueio passaram a se reorganizar em função de novas necessidades e das condições econômicas dos donos de turmas, notadamente dos elevados custos dos instrumentos de trabalho e, ainda, em função do nível declinante da produção de mapará em cada safra, devido à influência da pesca industrial predatória; essas turmas passaram freqüentemente a se unir para continuarem a desenvolver a pescaria. Como estratégia para enfrentar essas dificuldades, passaram a praticar mais freqüentemente uma forma de organização da produção denominada de “*emenda*” de turmas de bloqueio. Consiste na união de duas turmas de bloqueio, geralmente sob o comando de um só taleiro, todas as outras características de organização da produção e comercialização sendo mantidas.

Para os pescadores, essa estratégia tem sido ultimamente mais viável, devido à baixa produtividade da pesca do mapará; mas, por outro lado, eles reconhecem que as oportunidades de trabalho em turma diminuem sensivelmente, levando-os a procurarem outras atividades pesqueiras para desenvolverem no período, mesmo não sendo essas mais lucrativas.

O processo de comercialização na pesca de bloqueio é sempre realizado diretamente por um *marreteiro* que, ao prestar contas com os donos de turma ou com o taleiro (caso este esteja à frente de uma turma), retira sua porcentagem sobre o total comercializado. O dono de turma ou o taleiro recebe o saldo do produto vendido, e repassa aos trabalhadores de cascos, a cota que lhes cabe.

2. As pescarias generalizadas no estuário

Embora mais conhecidas e amplamente referidas na literatura, as pescarias generalizadas em todo o estuário não podem deixar de ser brevemente descritas para compor o panorama geral da atividade pesqueira artesanal no estuário.

2.1 - A Pesca de rede

A pesca de rede é uma atividade recente na Amazônia, mas que vem sendo intensamente desenvolvida pelos pescadores artesanais; ela pode ser desenvolvida em todos os ambientes aquáticos. É uma pescaria que proporciona uma maior produtividade, dependendo da dimensão das redes; o tempo e o esforço despendidos nessa pescaria são menores em relação às outras pescarias.

Na Costa Marapatá, a pesca de rede mais freqüente é a de bubuia (flutuante), desenvolvida na baía de acordo com o movimento das marés; exige uma organização mínima por parte dos pescadores. Uma característica dessa pescaria é que, por ser de rede flutuante, captura peixes de pouca profundidade: mamará (*Hypophtalnidæ*), sarda (*Clupeidæ*), dourada (*Pimelodidæ*). Diferentemente da pesca de bloqueio, essa pescaria envolve poucos pescadores e não captura uma tão grande diversidade de peixes.

A comercialização da produção dessa pescaria é realizada entre os moradores dos rios que desaguam na baía Marapatá. Não chega a envolver uma comercialização freqüente, apesar de ser desenvolvida diariamente por alguns pescadores, pois sua produção é muito baixa.

As redes de bubuia são lançadas em uma profundidade igual ou inferior a 5m, dependendo da altura de sua panagem, não havendo, na Costa Marapatá, um padrão ou modelo das redes como há em outras localidades de pesca na Amazônia (Barthem 1990:126).

Outra pescaria de rede desenvolvida na Costa Marapatá é a de tralhalho ou malhadeira; sua malha varia entre 20 a 30 cm; é utilizada nos rios e próximo às praias da Costa Marapatá, sempre em local com profundidade de 2m, devido à panagem (ou altura). A produção dessa pescaria é destinada somente ao consumo local.

Na ilha de Caratateua, a pesca de malhadeira foi identificada como sendo desenvolvida por poucos pescadores, devido o custo dos equipamentos estar além de seu poder aquisitivo.

Uma pescaria muito freqüente na ilha de Caratateua é executada com fragmentos de rede de arrasto da indústria pesqueira. Esses fragmentos medem aproximadamente de 4 a 8m, são manuseados por dois ou três pescadores residentes às proximidades da baía do Guajará que percorrem furos e igarapés em casco ou em montaria à vela. O produto dessa atividade é exclusivamente destinado à subsistência, pois a quantidade é quase sempre inferior a 5kg de peixe por pescaria.

Com esses fragmentos de redes das indústrias pesqueiras de Icoaraci, os pescadores de Caratateua, se deslocam aos municípios de Colares, Vigia e São Caetano de Odivelas no período de janeiro a março; no período de abril a junho, para Curuçá e, no período de julho a dezembro, para a ilha de Marajó, a ilha de Santo Antônio e o município de Barcarena, seguindo um calendário de safra de pescado. Esse deslocamento ocorre em embarcação motorizada suprida de uma caixa de isopor com gelo para armazenar a produção.

A produção da pescaria depende da maré e do tamanho da rede de que dispõem, geralmente varia em torno de 60kg. Essa produção é comercializada no mercado de Icoaraci ou no mercado do Ver-o-Peso, em Belém.

2.2 - A Pesca de espinhel

Essa pescaria é pouco exercida nas áreas de estudo - Abaetetuba e Caratateua - devido ao alto esforço de trabalho nela empregado, à baixa produtividade obtida em relação às outras pescarias e às constantes redes de bubuia e arrasto presentes nessas áreas; os instrumentos utilizados nessa pescaria são: anzóis, bóias, ancorotes (Figura 10).

Para desenvolver essa pescaria, os pescadores estuarinos, com os anzóis do espinhel iscados, lançam na maré de "repona" (quando a maré começa a encher). As iscas são de peixes que detêm forte odor para atrair outros peixes aos anzóis. As espécies mais utilizadas como iscas são: sarda (Clupeidae), mapará (Hypophthalnidae) e pescada (Sciaenidae). Ao lançarem seus espinhéis nas baías, os pescadores tomam como referência as árvores mais altas das florestas próximas como definição dos locais onde poderão encontrá-los novamente no momento da despesca. A produção das espécies capturadas é diversificada e destinada ao consumo local.

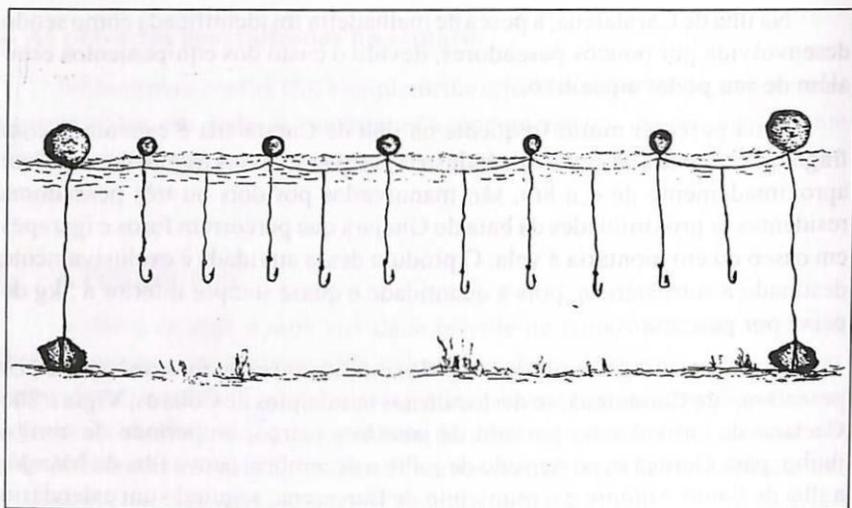


Figura 10 - Espinhel (Desenho de Jorge Mardock).

2.3 - A Pesca de matapi

Pesca bastante desenvolvida no estuário amazônico, prática herdada da cultura indígena, a pesca de matapi é destinada à captura de camarão. Nas áreas de estudo foi uma atividade que já proporcionou alta produtividade aos seus moradores, mas, atualmente, se encontra em declínio devido à pesca de arrasto efetuada pelas indústrias pesqueiras de Icoaraci, segundo os pescadores artesanais.

Os instrumentos dessa pescaria são confeccionados pelo próprio pescador, no caso do município de Abaetetuba, e comprados em lojas especializadas em Belém ou Icoaraci, no caso da ilha de Caratateua. São eles: o matapi e o viveiro (Figura 11). O matapi é feito de tala de jupati (*Raaphia taedigera*), de cipó titica (*Heteropsis jenmanii*) ou de graxama (*Arrabidaea* sp.). Os matapis são amarrados em varas fincadas nas praias ou ao longo dos rios, furos e igarapés. As varas podem ser de açazeiros (*Euterpe oleracea*), de mututi (*Pterocarpus*) ou de anani (*Symphonia globulifera*). O viveiro é feito do mesmo material do matapi, mas difere desse por ser maior em comprimento e por não possuir aberturas laterais; é utilizado com o objetivo de armazenar os camarões por vários dias.

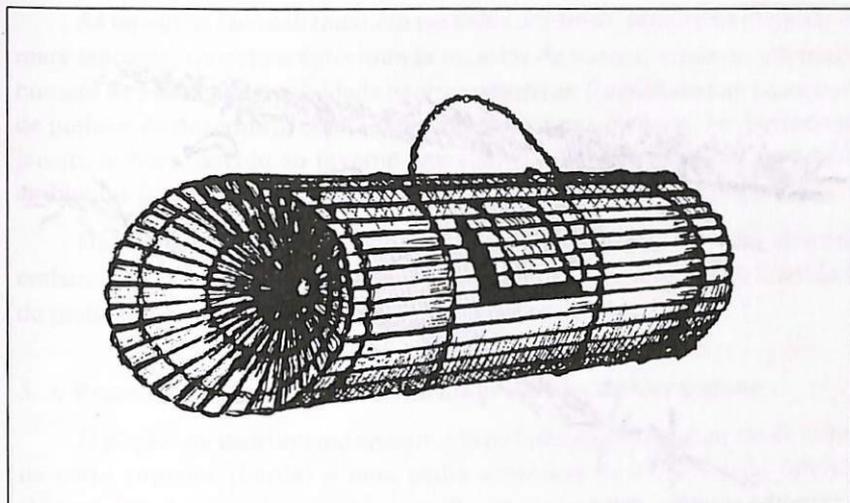


Figura 11 - Matapi - utilizado para captura de camarão (Desenho de Elienson Rocha)

Essa pescaria é desenvolvida durante o ano todo em diversos ambientes aquáticos, dependendo das marés. O conhecimento empírico dos pescadores determina os melhores locais para essa pescaria, pois eles sabem a importância das marés e do ciclo lunar para uma boa produção de camarão. É no período de safra do camarão (abril a junho) que os pescadores do município de Abaetetuba e ilha de Caratateua se dedicam mais intensamente a essa pescaria.

A comercialização do produto ocorre com mais frequência no período de safra; a venda pode ser realizada entre a população local das áreas ou, ainda, através dos marreteiros, nos mercados locais de acordo com cada área de estudo.

2.4 - A Pesca de tapagem

A prática dessa pescaria comporta uma cerca construída em igarapés ou furos localizados ao longo dos rios da Costa Marapatá que serve para bloquear a saída de peixe. Essa cerca pode ser desenvolvida de duas maneiras: com parí feita de tala de jupatí (*Raphia taedigena*) e trançada com cipó-títica (*Heteropsis jenmani*) (Figura 12) ou com rede de náilon (Figura 13). Essa pescaria não é desenvolvida na ilha de Caratateua.

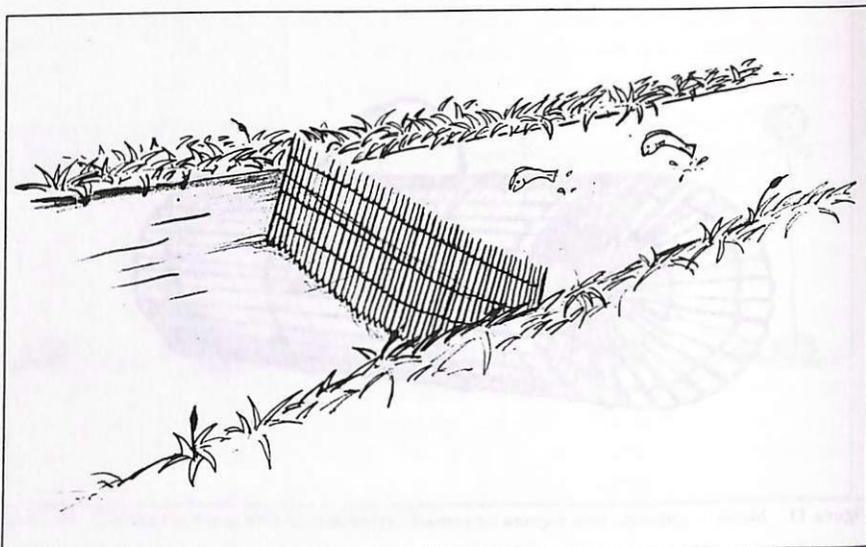


Figura 12 - Pesca de tapagem com pari (Desenho de Elienson Rocha).

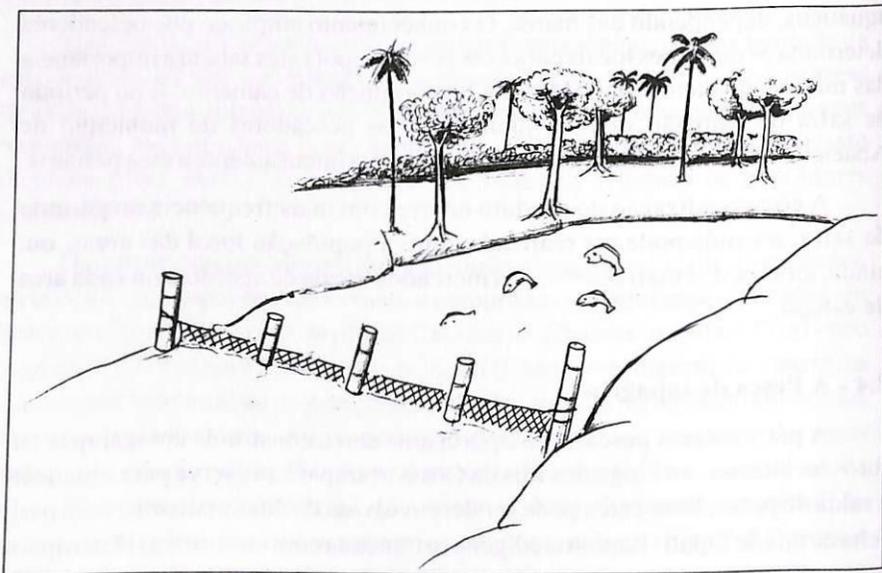


Figura 13 - Pesca de tapagem com rede de náilon. Cerca para bloquear a saída de peixe (Desenho de Elienson Rocha)

As tapagens são realizadas em períodos noturnos, sempre na preamar de maré lançante, quando a água inunda os solos de várzea, atraindo um maior número de peixes. Essa atividade ocorre com maior frequência entre os meses de junho e de dezembro, com a diminuição da força da água. No período de janeiro a maio, devido ao inverno amazônico, ela se torna difícil devido os ambientes ficarem mais profundos com a elevação do nível da água.

Na Costa Marapatá, há uma equipe de trabalho que, em uma pequena embarcação, percorre todas as ilhas do município de Abaetetuba com finalidade de praticar a pescaria e comercializar a produção obtida.

3. A Pesca de puçá, uma particularidade da ilha de Caratateua

O puçá é um instrumento constituído de linha de náilon, com aro de metal na parte superior (borda) e uma pedra amarrada na extremidade inferior (Figura 14). A pescaria com puçá na ilha de Caratateua, objetiva somente a captura de siri; esse crustáceo aparece de junho a dezembro, período onde há maior salinidade das águas no estuário e época considerada de safra pelo pescador.

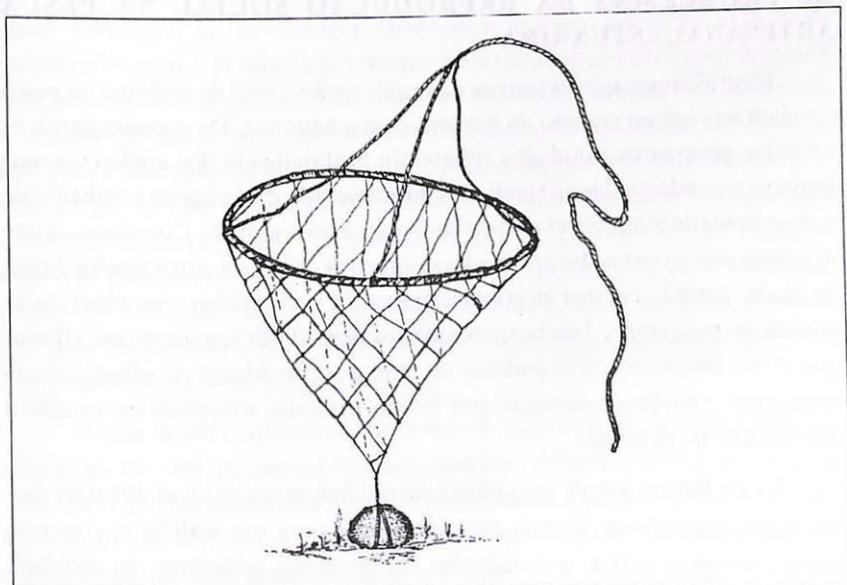


Figura 14 - Puçá - utilizado para pesca de siri (Desenho de Jorge Mardock).

O puçá utilizado em Caratateua difere do puçá manuseado pelo pescador do Baixo Amazonas, onde, segundo Furtado (1988:585), "*é um instrumento predador pois ultimamente vem servindo à captura ilícita de quelônio*"; também difere do puçá grande, utilizado pelos índios Desâna, no alto rio Negro, destinado à captura de peixe durante a noite, de acordo com Ribeiro (1991:97), "*os índios sobem o rio no meio da correnteza com puçá imerso n'água. Quando percebem que agarraram certa quantidade de peixe, despejam-nos na canoa e voltam a mergulhar o puçá no rio.*"

Em Caratateua, essa pescaria é realizada por qualquer pessoa que detenha o instrumento. A pesca de siri dá-se, na maioria das vezes, com dois pescadores que utilizam embarcação a remo nos rios próximos à ilha. O resultado desta atividade destina-se ao consumo familiar e à comercialização. O siri é comercializado em "*campada*"; isto é, são amarrados em uma corda cerca de 10 siris, os quais são vendidos aos moradores da ilha, nas praias aos turistas e na feira de Icoaraci. Essa pescaria não foi identificada no município de Abaetetuba.

OS PROBLEMAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA PESCA ARTESANAL ESTUARINA

Identificamos que as formas de organização social do trabalho na pesca revelam um íntimo contato do homem com a natureza. De maneira geral, os métodos pesqueiros estudados refletem a profundidade dos conhecimentos tradicionais, adequados às condições do ambiente e das próprias condições de vida; a pesca de bloqueio exprime claramente essa realidade. Constatou-se que o repasse dos métodos das atividades pesqueiras começa a partir dos 5 a 7 anos de idade, período em que as crianças passam a acompanhar e/ou observar as atividades pesqueiras. Isto proporciona aos pescadores segurança em afirmar que as mudanças nos seus padrões de vida, as dificuldades de sobrevivência crescentes, vêm sendo causadas por fatores externos, sobretudo em relação à diminuição do pescado.

Esses fatores locais causadores de mudanças sociais e ambientais são, em parte, específicos de cada área, de acordo com sua realidade; algumas, porém, atingem toda a realidade das comunidades pesqueiras do estuário, ameaçadas, principalmente, pela escassez do pescado.

As conseqüências ambientais e sociais provenientes dos grandes projetos são visíveis em ambas as áreas de estudo; pois estão presentes no estuário o desmatamento, a poluição das águas e a escassez do pescado, principalmente em relação ao mapará. Observou-se que esses fatos vêm contribuindo ao longo dos anos para sérias mudanças no modo de vida dos pescadores.

Segundo os pescadores, a crescente diminuição do pescado no município de Abaetetuba, principalmente do mapará, tem sido causada por três fatores: a construção da barragem da hidrelétrica de Tucuruí, a implantação das fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE e a pesca industrial, freqüentemente presente na região do estuário. Se, por um lado, o crescente aumento populacional do município de Abaetetuba e da cidade de Belém provocou maior demanda no mercado, por outro lado, a introdução da pesca industrial, apoiada pelos incentivos fiscais do governo federal a partir dos anos 60, não teve como objetivo suprir essa demanda local, mas ela intensificou a exploração dos recursos pesqueiros na região com o objetivo contraditório de exportar o pescado e camarão para a exterior.

As mudanças sócio-ambientais na região vêm afetando diretamente a pesca artesanal; os pescadores encontram-se num crescente estado de empobrecimento. Em seus depoimentos, percebem-se as suas inquietudes em relação ao acelerado processo de dinâmica da sociedade e, ao mesmo tempo, a clareza da importância econômica da produção pesqueira artesanal e, portanto, a necessidade de uma política pesqueira que leve em consideração seus interesses. Os pescadores não estão interessados em produzir apenas para seu consumo, mas sim, também, para a comercialização, uma vez que é através dela que poderão ter condições de obter bens produzidos pela sociedade industrial: televisão, rádio, produtos alimentícios e farmacêuticos, vestuário, etc. para melhorar seu bem-estar, barcos motorizados e equipamentos para lhes permitir uma atividade autônoma.

Diante dessa realidade, e em busca de maior produção e de melhores condições de vida, os pescadores artesanais estuarinos estão se deslocando mais intensamente para outros locais de pesca: municípios de Breves, Almerim, Gurupá, ilha de Marajé e até ao Estado do Amapá. Eles têm consciência de que o deslocamento para esses municípios é necessário para sua subsistência e reprodução social, mesmo reconhecendo que é um processo muito sacrificante,

já que dependem de equipamentos de que eles próprios não dispõem. Essa condição coloca-os na dependência dos geleiros e do camaroeiros, proprietários desses meios de produção (geleiras, redes ou matapis e capital de giro) e transportadores da produção ao mercado de Abaetetuba, Icoaraci e Ver-o-Peso.

Geleiros e camaroeiros, que se auto-identificam como “marítimos de pesca” ou “patrões de pesca⁵”, formam uma categoria social que, de certa maneira, sustenta a atividade pesqueira da maioria dos pescadores estuarinos. Os pescadores reconhecem que, sem eles, não teriam condições de escoar a produção, devido ao elevado custo financeiro e à falta de uma política de incentivo ao pequeno pescador artesanal. Entretanto, a presença desses intermediários na pesca do estuário tem dificultado a reprodução das formas tradicionais de pesca, pois, ao término do período de uma safra de peixe ou camarão, a maioria dos pescadores retornam para suas residências sem um mínimo recurso financeiro; em muitos casos, se vêem obrigados a se deslocarem novamente, na próxima safra, para pagarem aos geleiros e aos camaroeiros suas dívidas.

Como estratégia para saírem desses constantes endividamentos e permanecerem junto às suas famílias, os pescadores de Abaetetuba, passaram a desenvolver localmente a piscicultura associada à agricultura e suinocultura.

A piscicultura é, em Abaetetuba, uma atividade que vem obtendo muito incentivo por parte das organizações locais. A Colônia Z- 14 de Abaetetuba, a Pastoral dos Pescadores e organizações populares acreditam que a piscicultura é um meio de preservação do ambiente aquático na medida em que a criação de peixes favorecerá o aumento do pescado nos rios e sua preservação em benefício das futuras gerações.

Em relação à ilha de Caratateua, a expansão do turismo se constitui como fator fundamental da mudanças. As atividades pesqueiras tradicionais demonstram-se crescentemente dispersas; praticamente, não há um só pescador que detenha barco motorizado com os quatro tipos de instrumentos (rede,

⁵ Essa expressão difere da utilizada pela pesca industrial, pois o patrão de pesca mantém vínculo empregatício com a indústria pesqueira (Rocha et al. 1996: 467).

espinhel, matapi e puçá); a maioria dos pescadores possuem apenas uma canoa a remo com alguns matapis. Esses instrumentos, aliás, encontram-se, geralmente, em precário estado de conservação. Entretanto, na condição financeira em que vivem, torna-se quase impossível para eles a aquisição de novos instrumentos de pesca; o elevado custo desses tem sido um dos fatores que caracterizam sua desistência da atividade pesqueira.

Além desse fator financeiro, existem problemas que, segundo os pescadores artesanais da ilha de Caratateua, estão interferindo na realidade local, provocando também o abandono da prática pesqueira: a) a poluição do manancial aquático por resíduos químicos, sólidos e líquidos, provenientes de indústrias, principalmente serrarias, e residências próximas ao Furo do Maguari e à baía de Santo Antônio (IDESP 1990); b) a interferência da pesca industrial em área destinada à pesca artesanal; c) a especulação imobiliária que tem afastado o pescador da orla fluvial, direcionando-o para o centro da ilha, dificultando o acesso ao ambiente aquático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal no estuário amazônico vem apresentando novas complexidades. A partir dos dados de campo, a análise do processo de mudança social na pesca artesanal, tanto em Abaetetuba como em Caratateua, apesar de suas especificidades, demonstra que as relações de produção tradicionais da pesca persistem em meio às mudanças sócio-ambientais que vêm ocorrendo na região.

Essa realidade revela que tradição e mudança não são fatores dicotômicos, mas fatores cujas diversas dimensões integram um mesmo processo. Dessa forma, para compreendê-los é importante que se ultrapasse as análises convencionais dos chamados "Projetos de Impacto". Há de se buscar o significado dos fenômenos que esses fatores engendraram na sociedade local, tomando-se como base a referência aos próprios atores sociais que vivenciam esses processos. Foi o que se tentou ao longo das estadias de campo em proximidade com as famílias e durante as pescarias ao lado dos pescadores.

Nesta oportunidade, foi possível verificar, como já foi ressaltado, os impactos de novas atividades econômicas introduzidas no estuário, tais como

os grandes projetos hidrelétricos, minerais e metalúrgicos, assim como a pesca industrial predatória e, mais recentemente, o turismo. Pôde-se testemunhar o interesse dos pescadores em se manterem na atividade pesqueira e sua persistência na profissão, graças ao seu cabedal de conhecimentos e o seu grau de habilidade. Enfrentam, entretanto, o esgotamento progressivo dos recursos pesqueiros. Disto resulta um empobrecimento da população pesqueira. Diante desses desafios, os pescadores multiplicam suas estratégias de sobrevivência através da organização dos processos produtivos, da partilha de seus produtos entre os habitantes dos rios onde pescam. O tamanho dos desafios obriga-os a procurar, além das práticas tradicionais, novas respostas a suas necessidades, como a expansão de sua área de pesca até municípios mais longínquos ou até o estado vizinho, forçando-os a se afastarem de suas famílias. Esta resposta, entretanto, é ambígua e contraditória, já que ela os submete a um endividamento constante. Sua criatividade os leva então, como em Abaetetuba, a transferir para formas totalmente novas de atividades pesqueiras: a criação de peixes em tanques, que requer conhecimentos técnicos bem diferentes dos tradicionais, e uma pesca de peixes em criatórios que dispensa toda sua experiência acumulada.

Foi constatado o quanto os pescadores artesanais estão desassistidos em meio a suas dificuldades. As Colônias de pescadores a quem caberia a liderança na busca de soluções, são pouco preparadas para o enfrentamento das mudanças e dispõem de poucos recursos. O sistema financeiro não proporciona aos pescadores condições viáveis de crédito para compra de equipamentos e aquisição de um pequeno fundo de giro em apoio à associação de pescadores.

Torna-se portanto urgente que se tomem, por parte da sociedade e dos governos, medidas visando a melhoria das condições de vida da população pesqueira. Uma medida fundamental e urgente seria a proibição pelas autoridades competentes da pesca de arrasto em área destinada à pesca artesanal, e a instituição de formas de aproveitamento da fauna acompanhante capturada durante a pesca do camarão. A dinamização das Colônias de pescadores e sua adaptação aos desafios dos dias atuais são outras necessidades; como a experiência vem demonstrando em outros ramos de produção, a assistência científica, técnica e organizacional junto às associações e colônias

é indispensável. Impõe-se o desenvolvimento de pesquisas científicas em comunidades pesqueiras, que firmassem o conhecimento da fauna aquática do estuário e propusessem medidas de manejo do ecossistema estuarino; deveriam, como está se fazendo em outros contextos, associar pescadores e pesquisadores no afã de articularem e cruzarem os seus respectivos saberes. Finalmente cabe ao Estado promover e ampliar programas de crédito acessíveis aos pescadores artesanais .

Sem tais medidas, o rumo que se apresenta para os pescadores, é o abandono de sua profissão e a sua integração à massa crescente dos que vivem de expedientes nos centros urbanos, como já vem se verificando. A convivência junto às populações estuarinas nos fez esperar, por parte da sociedade, outras formas de resposta aos desafios analisados.

AGRADECIMENTOS

À Lourdes Furtado pela confiança e a oportunidade de realização dessa pesquisa, a Jean Hébette pela dedicação carinhosa à leitura crítica desse artigo, contribuindo para sua melhor clareza e a Wilma Leitão pelo incentivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHEM, R. 1990. Descrição da pesca da piramutaba (*Brachyplastona vaillantii-pemelodidade*) no estuário do rio Amazonas. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, sér. Antropol.* Belém, 117-130.
- BRABO, M. J. C. 1981. Pescadores, geleiros e fazendeiros, os conflitos da pesca em Cachoeira do Arari. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, nova sér. Antropol.* Belém, (77): 1-22.
- CÂNDIDO, A. 1987. *Os parceiros do rio Bonito*. 7 ed.. Livraria Duas Cidades, 284 p.
- FURTADO, L. G. & NASCIMENTO, I. H. 1982. Pescadores-de-linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, sér. Antropol.* Belém, (82).
- FURTADO, L. G. 1987. *Curralistas e redeiros de Marudá, pescadores do litoral do Pará*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi. (Coleção Eduardo Galvão).
- FURTADO, L. G. 1990. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, sér. Antropol.* Belém, 6(1): 41-93.
- FURTADO, L. G. 1993. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 486 p. (Coleção Eduardo Galvão).

- FURTADO, L. G; LEITÃO, W & MELLO, A. F. (orgs.). 1993. *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi. 292 p. (Coleção Eduardo Galvão).
- HIRAOKA, M. 1993. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário amazônico. In: FURTADO, L. G; LEITÃO, W & MELLO, A. F. (orgs.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, p. 133-157. (Coleção Eduardo Galvão).
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. 1990. *Relatório de Estudos sobre a pesca do Marará*. Belém, 11p.
- IBGE. 1991. *Sinopse preliminar do censo demográfico*. Distrito do Outeiro.
- IDESP. 1990. *Estudo ambiental do estuário guajarino*. Belém. IDESP.
- MACHADO, G. 1986. *Terras de Abaetetuba*. Câmara Municipal de Abaetetuba.
- MANESCHY, M. C. A. 1990. A arte do pescador artesanal. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, sér. Antropol.* Belém, 6(1):95-105.
- MANESCHY, M. C. A. 1990. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém, Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 107p.
- MAUÉS, R. H & MAUÉS, M. A. 1990. Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, sér. Antropol.* Belém, 6(1):29-40.
- MEDEIROS, A. M. S. 1971. *Aspectos geográficos da ilha de Caratateua*. Belém, IDESP. (Série Monografia, 7).
- MELLO, A. F. 1985. *A pesca sob o capital, a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, Universidade Federal do Pará.
- PAIVA, M. P. 1981. *Recursos pesqueiros marinhos e estuarinos no norte do Brasil*. SEDEPE.
- PENNER, M. E. A. 1980. *A dialética da atividade pesqueira no nordeste paraense*. Belém, Universidade Federal do Pará.
- PETRERE, M. 1991. As comunidades ribeirinhas da Amazônia e suas transformações sociais. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 4. São Paulo, USP:31-68
- RIBEIRO, B. G. 1991. Cestos, armadilhas e outras técnicas de pesca dos índios Desâna. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 4. São Paulo, USP:93-106.
- WORKSHOP "POLÍTICAS PESQUEIRAS PARA O ESTADO DO PARÁ: DISCUSSÕES E SUGESTÕES". 1993. In: FURTADO, L. G; LEITÃO, W & MELLO, A. F. (orgs.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, p 277-292. (Coleção Eduardo Galvão).
- XIMENES, T. (org.). 1996. *Políticas pesqueiras para os países Amazônicos*. Belém, Associação de Universidades da Amazônia. Belém, Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 502p. (Série Cooperação Amazônica 17).

Recebido em: 21.03.96
Aprovado em: 26.06.96